



Núcleo de
**Solidariedade
Técnica**

Êêêetcha!

n° 8
Setembro 2009

THYSSENKRUPP CSA

O estudante Marcelo Dantas expõe as polêmicas e contradições da empresa alemã que se instalou no Brasil em 2006.

Página 2



NA VENEZUELA

Flavio Chedid faz um breve relato do II Encontro Latino-Americano de Fábricas Recuperadas por Trabalhadores, que ocorreu na Venezuela em junho.

Página 3

PRIMEIRA CONFECOM

Marília Gonçalves explica a importância da Conferência Nacional de Comunicação, expondo os conflitos de interesse envolvidos na sua realização.

Páginas 8 e 9



É MAIS...

Jogos Olímpicos no Rio e Remoções
SOLTEC INDICA filmes e livros

Páginas 6 e 7
Páginas 10 e 11

EDITORIAL

Por Flavio Chedid

A política de intervenção em favelas no município do Rio de Janeiro é historicamente marcada por contradições entre propostas de urbanização e remoção. Desde o início do século XX, quando surgiram as primeiras ocupações dos morros com a autorização do Estado, que no momento preocupava-se em acabar com os cortiços, muitas foram as tentativas de apagar do cartão postal carioca as moradias precárias que garantem a habitação de 19% da população da cidade, segundo dados oficiais do IBGE.

A retomada do debate da remoção agregou ao discurso da paisagem uma retórica ambiental, conferindo à expansão das favelas a responsabilidade pelo desmatamento na cidade. Pesquisas precisam ser feitas pra avaliar a quantidade de residências de classe média e alta que estão inseridas em áreas de preservação e ao mesmo tempo relacionar essa extensão de terra com o número de pessoas que elas favorecem.

Ao mesmo tempo em que a retórica ambiental ganha força no âmbito do Estado, as políticas desenvolvimentistas retornam com uma força de dar inveja aos neoliberais. A instalação da companhia siderúrgica alemã, bastante conhecida pelo desrespeito aos direitos humanos, escancara a falsidade presente no discurso ambiental utilizado para conter ou remover as favelas da cidade.

E mesmo que não fosse retórico, de que vale um discurso ambiental descolado de preocupação com políticas que tentem inverter a ordem de prioridades historicamente pautadas pelo Estado? Esse é um debate que certamente será retomado nas eleições presidenciais por conta da filiação da ex-ministra Marina Silva a um partido que tem a privatização de empresas em sua pauta política.

Esta edição traz as experiências de fábricas recuperadas geridas democraticamente pelos trabalhadores, de organização dos pescadores para lutar pelos seus direitos, de luta pela democratização da mídia, de mobilização de estudantes de engenharia que acreditam poder mudar as injustiças por muitas vezes acentuadas pela atuação descompromissada do engenheiro com a realidade social. São essas experiências do novo que nos fazem querer cantar e acredito que poderiam muito bem ser agregadas à belíssima poesia de Mario Benedetti aqui presente.

O que é o SOLTEC?

O SOLTEC – Núcleo de Solidariedade Técnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro é um núcleo de ensino, pesquisa e extensão do Departamento de Engenharia Industrial e um Programa da Pró-Reitoria de Extensão da UFRJ. Atua por meio de atitude solidária, desenvolvendo competências técnicas para subsidiar políticas públicas para a geração de trabalho e renda e promoção de direitos humanos. O SOLTEC/UFRJ apóia-se na concepção de que a educação deve desenvolver competências de inteligência, análise, síntese, comunicação e relacionamento humano, sendo promotora de uma consciência cidadã, crítica, ou seja, calcada em uma postura ética e solidária. Nos projetos de extensão, o núcleo se baseia em quatro princípios básicos: participação, cidadania, cooperação e solidariedade. Portanto, sua atuação é norteada por conceitos ligados à Metodologias Participativas, Economia Solidária, Desenvolvimento Local, Sustentabilidade Ambiental, buscando como resultados a geração de trabalho e renda, a promoção dos direitos humanos, a inclusão social e o resgate das identidades culturais.

Thyssenkrupp CSA

Menor apenas do que suas polêmicas

Por Marcelo Dantas

Localizada na Zona Oeste do Rio de Janeiro, no distrito de Santa Cruz, a Thyssenkrupp CSA é hoje o maior empreendimento privado em instalação no Brasil. Contando com uma usina integrada para a produção de 5 milhões de toneladas de placas de aço por ano (tudo voltado à exportação - 60% USA e 40% Alemanha), uma usina termelétrica com capacidade de gerar 490 MW e um terminal portuário para recebimento do carvão importado e escoamento de toda a produção da usina, será o maior complexo siderúrgico da América Latina e tem previsão para começar a operar em dezembro deste ano.

Iniciado em 2006, o processo de instalação do complexo, ainda em curso, foi repleto de polêmicas. Questões relacionadas ao meio ambiente, mão-de-obra e grave desrespeito aos direitos humanos deram a tônica das acusações dirigidas à empresa que, em defesa, pouco conseguiu explicar.

Quando questionada acerca dos possíveis benefícios que a instalação do complexo em Santa Cruz traria para a população local, a resposta corrente da empresa centralizava-se nos possíveis empregos diretos trazidos pelo projeto. Seriam até 18 mil empregos durante a instalação, e 3.500 para a operação do complexo siderúrgico. O que se observa, contudo, é que, em vez de trabalhadores locais, a empresa é acusada de contratar migrantes e imigrantes (chineses e nordestinos) para reduzir custos com mão-de-obra. Esses trabalhadores, além de mais baratos, não possuem vínculos consolidados na região, o que diminui suas respectivas ca-

pacidades de articulação e mobilização contra más condições de trabalho.

Em junho de 2008 passado, a obra da CSA foi interdita pelo Ministério Público do Trabalho por estar violando cláusulas trabalhistas e de segurança do trabalho. Em setembro do mesmo ano, o Ministério encontrou nas instalações da CSA 120 chineses, sem registro e sem contrato, trabalhando como pedreiros e em péssimas condições de trabalho.

Além de não absorver, da forma como foi prometido, quantidade significativa de mão-de-obra local, a CSA vem comprometendo, de maneira grave, a estrutura produtiva da região. O processo de dragagem, realizado para permitir a navegação de embarcações de grande porte na área, teria revolido grande quantidade de metais pesados que se encontram sedimentados no fundo da baía. Esse processo, aliado ao despejo direto de metais, ao comprometerem a qualidade da água, afeta gravemente a pesca que, praticada por cerca de 8.000 pescadores, pode ser considerada a principal atividade econômica da região. Relatos de biólogos e outros especialistas afirmam que, além de se ter reduzido muito a quantidade de peixe da baía, já se podem ser observadas espécies nascidas com deformidades e



Presidente Lula fechando acordo com o presidente do Conselho Executivo da ThyssenKrupp, Karl-Ulrich Köhler, e o governador do estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral.

mutações resultantes do efeito desses metais.

Além desse, outros grandes danos ambientais podem ser percebidos como resultado do processo de instalação da siderúrgica: o canteiro de obras da CSA, que mede 9 quilômetros quadrados, situa-se numa área costeira de manguezal considerada área de preservação permanente (APP). O desmatamento e a poluição são também pontos importantes. Alterando significativamente a paisagem e a qualidade da atmosfera, esses fatores conjugados, além de comprometerem a qualidade de vida, prejudicam o turismo na região. O empreendimento, inclusive, não possui licença do IBAMA, necessário a obras dessa natureza. Conta apenas com uma licença emitida pela Feema, órgão ambiental estadual.

Dentre as acusações feitas à CSA, as referentes à violação de direitos humanos são as mais graves. A empresa é suspeita de contratar serviços de milícias que, além de fazerem a segurança do local,

seriam responsáveis por ameaçar pescadores e moradores resistentes ao empreendimento. Nesse sentido, foi realizada na ALERJ, no dia 19 de março deste ano, uma audiência para averiguar as acusações. Durante a audiência, um pescador - que após sofrer ameaças de morte, encontra-se hoje refugiado da Baía de Sepetiba e sob proteção do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos - mostrou uma série de fotos realizada durante um protesto de pescadores em abril do ano passado em frente aos portões da empresa. Nas fotos, o pescador reconheceu um dos funcionários como sendo o autor das ameaças que o fizeram se refugiar. O Gerente Geral de Recursos Humanos do empreendimento, Valdir Monteiro, limitou-se a confirmar que o suspeito faz parte do corpo da empresa. Para a justiça, contudo, ainda faltam provas, e a obra segue normalmente.

A Thyssenkrupp CSA nega todas as acusações.

Fábricas Recuperadas e a luta em Honduras

Por Flávio Chedid

Nos dias 25, 26 e 27 de junho, aconteceu na cidade de Caracas o II Encontro Latino Americano de Empresas Recuperadas por Trabalhadores. Reunindo experiências de Brasil, Argentina, Venezuela, Canadá, México e Paraguai o encontro contou com inúmeros operários, representantes de movimentos sociais, sindicalistas, pesquisadores e o Ministro do Comércio da Venezuela, que discutiram durante os três dias as estratégias para a gestão democrática de fábricas.

Uma das tônicas do encontro foi a consciência da necessidade de ser desenvolvido um novo modelo de gestão, ainda inexistente, mas que considere as especificidades de um modelo socialista e que essas apareçam nas fábricas. Como disse o Ministro Eduardo Samán, não basta pintar de vermelho pra dizer que é socialista.

Outro debate promovido pelo evento foi com relação às estratégias de estatização e formação de cooperativas. Com a presença do Movimento das Fábricas Ocupadas do Brasil – que luta pela estatização – e também com as experiências de fábricas venezuelanas estatizadas, essa vertente teve mais força no evento, embora também estivessem presente inúmeras cooperativas argentinas – a Argentina é hoje

o país com mais experiências de fábricas recuperadas.

A efervescência política na Venezuela proporcionou um caloroso evento, com definições importantes como a formação de um Tribunal Internacional Democrático dos Trabalhadores para julgar casos de criminalização dos movimentos sociais além de inúmeras manifestações de apoio a lutas em todo o mundo.

Na madrugada do dia em que se encerrou o evento aconteceu o golpe militar em Honduras, o que me permitiu vivenciar a mobilização do povo venezuelano para esta luta. Centenas de pessoas se aglomeraram em torno do Palácio Miraflores e por lá ficaram por todo o dia. O movimento da população de assumir esta luta, mostrando que era também uma luta sua, me fez perceber a importância de nos engajarmos nas distintas lutas anticapitalistas.

O Brasil parece alheio a tudo isso. Nas escolas não estudamos a independência venezuelana, mal sabemos quem foi Simon Bolívar. A luta das fábricas recuperadas é a mesma luta dos sem terra, dos que lutam pela moradia contra a especulação imobiliária, dos que lutam contra o racismo, homofobia, pelo direito das mulheres e também é a mesma luta do povo hondurenho contra o regime militar que lá se instalou.



Grupo reunido no II Encontro Latino-americano de Empresas Recuperadas por Trabalhadores, na Venezuela.

UNICAMP realiza VI ENEDS em setembro

Por Flávio Chedid

Nos dias 17 e 18 de setembro de 2009 acontece o VI Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social com o tema “Formação em Engenharia”. Nesse ano o evento acontecerá na UNICAMP e será organizado pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP/UNICAMP em parceria com o Núcleo de Solidariedade Técnica.

O evento acontece desde 2003 e pelo segundo ano consecutivo será realizado fora do Rio de Janeiro, como parte da estratégia de promover a discussão da engenharia em prol do desenvolvimento social em outras universidades.

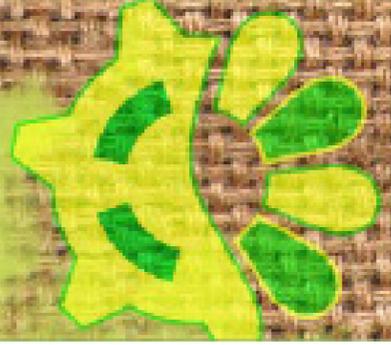
Nesse ano retomaremos o foco inicial do evento, que é a discussão da formação dada atualmente para os estudantes de engenharia e que formação almejamos para a construção de uma sociedade mais justa em que a tecnocracia supostamente neutra dos cursos de engenharia seja substituída por uma visão integral do modo de produção em que vivemos.

Para mais informações sobre o evento, visite: <http://www.itcp.unicamp.br/eneds/>.



2 Festival
de Tecnologias
Sociais e
Economia
Solidária

Territórios
em Rede



SOLTEC realiza

II Festival de Tecnologias Sociais e Economia Solidária

Nos dias 1 e 2 de outubro, o Núcleo de Solidariedade Técnica da UFRJ (SOLTEC UFRJ) irá realizar o II Festival de Tecnologias Sociais e Economia Solidária. O evento acontece no Campus do Fundão (Cidade Universitária), no bloco A do Centro de Tecnologia.

O Festival é parte importante em um processo de aproximação entre a UFRJ e os movimentos sociais e também uma ótima oportunidade para o intercâmbio de conhecimentos e práticas desenvolvidas no campo das tecnologias sociais e da economia solidária. Em sua segunda edição, o Festival se dividirá em três grupos de atividades: Trocas de Saberes, Trocas Culturais e a Feira de Produtos e Serviços.

No espaço de Troca de Saberes, pesquisadores, mili-

tantes e gestores públicos realizarão mesas de debate e palestras que serão organizadas, nessa edição, baseadas em seis Eixos temáticos (Resíduos, Políticas Públicas, Desenvolvimento sustentável, Tecnologia da Informação, Etnodesenvolvimento e Formação). Haverá programação durante toda a parte das manhãs e tardes dos dias 1 e 2.

No hall de entrada do Centro de Tecnologia, o visitante encontrará a Feira de Produtos e Serviços, organizada pelo Fórum Estadual de Economia Solidária. A feira é uma oportunidade de comercialização para empreendimentos de diversas áreas como artesanato, confecção, culinária e agricultura familiar. Este ano, o Festival ainda contará com uma Feira de Trocas, onde as transações entre os interessados não po-

dem envolver dinheiro, apenas a permuta dos objetos expostos.

O horário do almoço, o final da tarde e os intervalos da programação serão preenchidos por muita cultura no Festival. São as Trocas Culturais, que reunirão diferentes formas de manifestações artísticas como música, dança, teatro, fotografia e culinária.

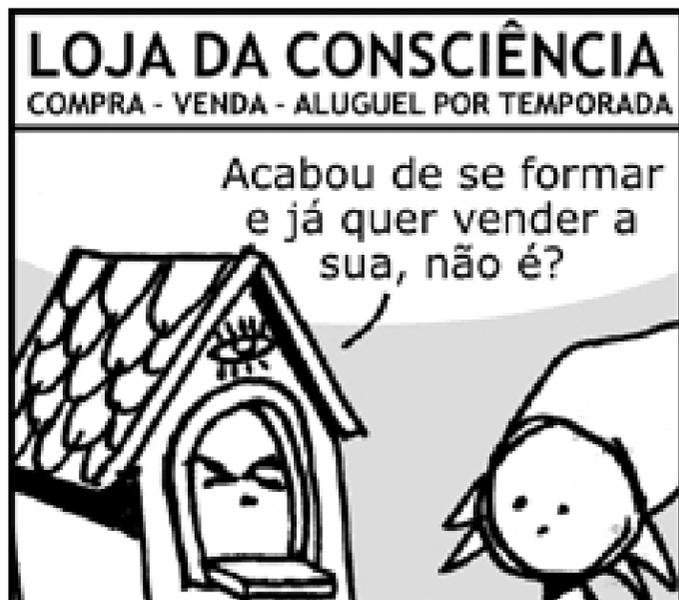
Durante o evento, também acontecerão oficinas de reciclagem de papel, aquecedor solar e de fotografia. Como o número de participantes é limitado, é necessário que os interessados se inscrevam previamente.

Para maiores informações – como a programação completa do evento e como fazer sua inscrição – visite o site do festival, no endereço <http://www.soltec.ufrj.br/festival>.



O Logo do Festival, desenvolvido pela Coordenadoria de Comunicação da UFRJ.

DIVIRTA-SE



Visite www.malvados.com.br

www.soltec.ufrj.br

Que delícia!

II Festival de Culinária da Pesca em Cabo Frio

Por Márcia Machado

Graças ao absoluto sucesso do I Festival de Culinária da Pesca, em 2008, foi realizada neste ano a segunda edição do evento nos dias 28, 29 e 30 de agosto, na Gamboa, em Cabo Frio.

O festival é uma oportunidade de apreciar a culinária típica e criativa das comunidades de pescadores de Cabo Frio e entorno. Nos três dias de Festival, além dos 33 pratos à base de peixes e frutos do mar, também aconteceram diversos shows que animaram as noites lotadas, apresentações de danças como Maculelê e Capoeira, ambos da Reserva do Peró e apresentações da Folia de Reis da Praia do Siqueira. Houve também exposição e venda de artesanato e apresentação de

um documentário denominado "Gamboa – Histórias de Pescador", do historiador Rafael Peçanha, que contou a história da comunidade local. Durante o dia, o destaque foi mesmo o belo visual do Canal Itajuru, acompanhado de pratos à base de peixe, camarão, lula e todo o tipo de frutos do mar. O Festival também trouxe o retorno da tradicional procissão dos barcos de pesca, chamada barqueada. As várias barracas que comercializaram os mais variados pratos de frutos do mar estavam com ótimos preços, o visitante pôde experimentar acarajé, bobó de camarão, peixoadá (a feijoada de frutos de mar), creme de abóbora com peixe e camarão, almôndegas de peixe e muitas outras.

De acordo com o grupo de mulheres que compõe a Benescá (projeto de beneficiamento de pescado) o evento nesse ano foi um sucesso e no próximo ano há planos de inovar os pratos. "Além de quibes e almôndegas, teremos outras delícias, é só aguardar", afirma uma participante.

A segunda edição do Festival da Culinária da Pesca foi um sucesso, e contou com o apoio da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da SOLTEC/UFRJ (Núcleo de Solidariedade Técnica – Rede de Tecnologia), a BE-

NESCA e da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ), além da Prefeitura de Cabo Frio.



Moçambique

Por Marcelo Dantas

Os panos coloridos ao longo da capital, Maputo, confirmaram a Sidão (Sidney Lianza) que, definitivamente, ele estava na África. A viagem a Moçambique, que teve a duração de 9 dias, foi intensamente dedicada ao reconhecimento de aspectos da atividade pesqueira na região assim como questões relativas a essa comunidade. Representando a Rede solidária de Pesca e o SOLTEC em uma missão do Ministério da Pesca e Aquicultura, Sidão pôde, além de intercambiar experiências, debater e estabelecer os termos do plano bilateral a ser travado entre os dois países, Brasil e Moçambique.

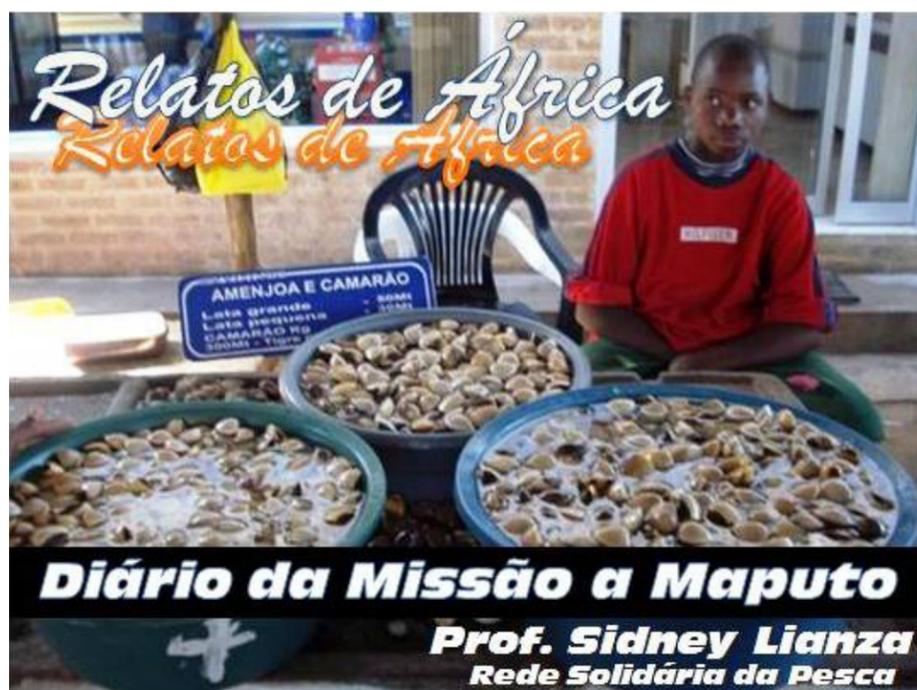
Os dias de viagem foram preenchidos, sobretudo, por

reuniões realizadas com os diferentes setores envolvidos nesse plano. Encontros realizados com o embaixador brasileiro Antonio J.M. de Souza e Silva, destinados a se acertarem de questões diplomáticas; com o Ministro da Pesca de Moçambique, visando o esclarecimento de questões políticas; e com organizações e comunidades pesqueiras, nos quais foi possível o debate e a troca acerca de questões relacionadas diretamente à produção e à organização social da atividade, forneceram à viagem uma carga abrangente de informações, necessária à real formulação de uma boa política.

Sidão disponibilizou, no blog da Rede ([\[solidariadapesca.blogspot.com\]\(http://rede-solidariadapesca.blogspot.com\)\) um diário da viagem. Além de um detalhamento das reuniões, estão descritas belas experiências como, por exemplo, o primeiro contato com o Oceano Índico. O](http://rede-</p>
</div>
<div data-bbox=)

blog também disponibiliza um link que dá acesso a um álbum de fotos realizadas nos dias em Moçambique. Vale a pena conferir.

Cartaz disponível no blog



Jogos Olímpicos no Rio

Pensando em 2016 com os olhos em 2007

Por Marcelo Dantas

Após sediar os jogos Pan-americanos em 2007, o Rio, além de ser uma das cidades sede da copa de 2014, lança-se também na candidatura para sediar os jogos olímpicos de 2016. O poder público afirma que eventos dessa natureza trazem inúmeros benefícios à cidade e a sua população. Argumentam que as melhorias no transporte e na segurança, a criação de parques desportivos e alojamentos, assim como suas respectivas obras de reforma, são legados que, mesmo após os jogos, permanecerão no cenário e no cotidiano da cidade e de seus habitantes. Contudo, tomando como exemplo a experiência do Pan, é prudente que se enxergue com desconfiança essas afirmações.

Muitas polêmicas cercaram os jogos Pan-americanos. A primeira delas, quanto às cifras despejadas no projeto: apesar do orçamento inicial de 404 milhões de reais, que foi apresentado à ODEPA (Organização Desportiva Pan-Americana), estima-se que foram gastos mais de 4 bilhões nos jogos. Mesmo usando a cifra oficial, de que, ao final, teriam sido gasto 3 bilhões de reais, o Pan do Rio foi o mais caro dos últimos vinte anos e seus investimentos superaram, em valores atuais, a soma de todos os investimentos dos últimos cinco jogos anteriores, estimada em 2,1 bilhões.

Apesar de tanto investimento, há muito o que se debater sobre o legado do Pan. O que ficou, efetivamente, para a população?

Dentre as obras que mais exigiram gastos, estão a construção do Estádio João Havelange, estimada em 330 mil-

hões, e a reforma promovida no Maracanã, cerca de 300 milhões de reais. Um dos legados naturais das obras citadas seria que esses estádios, a partir de então, pudessem ser utilizados em eventos semelhantes como, por exemplo, a copa de 2014. Acontece que essas obras foram insuficientes e, para o evento de 2014, serão necessários alguns mais volumosos investimentos. Além disso, em vez de vir a servir ao interesse público, abrigando projetos sociais ligados ao esporte, o estádio João Havelange foi entregue à iniciativa privada. Outras obras realizadas, apesar da tentativa de transferi-las à iniciativa privada, ainda permanecem sob administração pública, porém, como é o caso do parque aquático Maria Lenk, estão quase que sob abandono completo.

Outra questão emblemática sobre o legado do Pan se refere à construção da Vila Pan-Americana. Empreendimento imobiliário de luxo, a Vila custou, em valores atualizados, R\$ 316,6 milhões, e foi financiada com dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), destinado para projetos populares. Foram construídos 17 prédios, com 1480 apartamentos de 1 a 4 quartos.

Como feito em jogos anteriores, como no Pan de Havana e nos jogos olímpicos de Seul e de Barcelona, esperava-se que a infra-estrutura construída viesse a amenizar o déficit habitacional da cidade, calculado em cerca de 300 mil mo-

radias. Verificou-se, contudo, que nada disso foi destinado a projetos populares e os apartamentos, vendidos por uma faixa de preços entre 120 a 400 mil reais, foram parar nas mãos da classe média.

Tão desidentificado com os interesses populares quanto o fim que levaram os prédios da Vila, foi o seu respectivo processo de construção. O processo foi marcado por remoções de comunidades que se localizavam na área ou próximas a ela. Moradores das comunidades do Canal do Cortado, Arroio Pavuna e Canal do Anil; nos bairros Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes e Jacarepaguá – Zona Oeste da cidade –; tiveram de deixar suas moradias e se dirigiram a um conjunto habitacional em Sepetiba. Vale ressaltar que o processo não contou com o consentimento desses moradores e o fato de a zona oeste ter sido a área em questão é extremamente emblemático, pois, como se sabe, é essa a área em franca expansão na cidade, sujeita, portanto, ao olhar atento do capital imobiliário.

O resultado das candidaturas à cidade sede das olimpíadas de 2016 está previsto para sair em outubro deste ano. A delegação olímpica já esteve no Rio e verificou as condições da cidade para realizar os jogos. Confiante, o prefeito Eduardo Paes declarou que “Nós apresentamos aquilo que Rio tem de bom e mostramos a capacidade de a cidade realizar um grande evento”. A apresentação ainda contou com uma palhinha do prefeito e do governador do Estado cantando o que seria o hino de nossa cidade, a marchinha “Cidade Maravilhosa”.

Agora, nos cabe perguntar: um grande evento para quem? Uma Cidade Maravilhosa para quem? Será que queremos um evento nos moldes do Pan, repleto de suspeitas e contradições e esvaziado de resultados positivos para a cidade? Tendo essas questões em mente, esperemos, porquanto, até outubro.



Manifestação de moradores contra as remoções, em 26 de abril de 2007. O então prefeito Cesar Maia classificou como palhacada.

Remoção de favelas

A remoção de comunidades faveladas não foi uma exclusividade, uma política de exceção operada no Rio durante o Pan-Americano de 2007. O processo de remoções parece ser uma política histórica que atravessa as principais questões urbanas da cidade desde o início do século passado.

Talvez o primeiro processo de remoção verificado tenha sido entre os anos 1902 e 1906, quando, durante a gestão do prefeito Pereira Passos, houve o chamado “bota-abixo”, que, deixando um grande número de pessoas desabrigadas, promoveu a demolição de cortiços no centro da cidade. Esse evento, inclusive, junto a outros, tem caráter embrionário no processo de favelização do Rio de Janeiro. Nesse sentido, vale também destacar a autorização da ocupação do morro da Providência por parte dos ex-combatentes da campanha de Canudos e a criação e extinção dos parques proletários.

Em 1965, Carlos Lacerda, à época governador do Estado da Guanabara, pôs fim à favela do Esqueleto e em seu local foi construída a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a Uerj. Já em 1970, durante gestão de Negrão

de Lima, a favela da Catacumba, na Lagoa, e a favela Praia do Pinto, no Leblon, onde hoje se encontra o condomínio residencial de luxo “Selva de Pedra”, foram removidas.

Quanto à questão da remoção da favela da Catacumba, vale destacar uma matéria que saiu no jornal O Globo no dia 12 de maio deste ano. Na página 15 do jornal, o título da matéria afirma que “Remoções salvaram a Lagoa: Cartão postal do Rio poderia ter sido transformado em complexo de favelas com pelo menos 96 mil moradores”; a matéria ainda traz, através de fotografia, uma projeção de como seria o cenário da Lagoa hoje, caso permanecesse a favela, ao lado de como ela é, um cartão postal belíssimo. Em um exemplo bem ilustrativo, essa matéria do jornal O Globo nos mostra como a questão estética das favelas pode ser sobreposta às suas reais questões políticas relativas à habitação e bem estar social. Poderíamos também levar em conta a tentativa de legitimar o processo violento de remoções, sob esta justificativa estética.

Os moradores removidos são dirigidos, geralmente, a conjuntos

habitacionais construídos pelo poder público. Esses condomínios, contudo, são como favelas criadas diretamente pelo próprio Estado. Habitações de 15 metros quadrados, por exemplo, como é o caso de “Vila Paciência”, em Santa Cruz, para onde foram muitas das famílias da Praia do Pinto, são construídas e revelam o caráter não promotor de melhorias reais das condições de habitação para a população removida. Famílias da favela Praia do Pinto também foram dirigidas para a Cidade de Deus, hoje uma das principais favelas cariocas e que foi, inicialmente, tida como um desses conjuntos criados pelo governo (ver mais sobre história da Cidade de Deus em www.cidadededeus.org.br).

Nesse sentido, é emblemático lançar mão do índice de desenvolvimento humano (IDH) dessas áreas: o do bairro do Leblon, de onde foi removida a favela, é 0,967, semelhante ao da Noruega – 0,968 – e o maior da cidade; o IDH da Cidade de Deus, para onde foi parte das famílias removidas, é 0,751, o centésimo décimo terceiro (113º) do ranking carioca (dados do IBGE de 2000).

Não havendo mudanças significativas nas condições de habitação da população removida, parece que essa ação histórica do Estado buscou, apenas, afastar as favelas, tidas como problema, dos centros e regiões mais valorizadas do espaço urbano.

Esse mesmo jornal traz em sua capa, em letras garrafais, a seguinte manchete: “Paes diz que remoção de favelas não pode ser tabu”. E, realmente, não pode. Mas na medida em que se mostrar, efetivamente, como política pública de melhoria da habitação, aplicada, por exemplo, àqueles moradores que muitas vezes construíram suas casas em áreas de riscos, e que destine, aos mesmos, lugares melhores onde possam morar. E tudo deve ser tratado com bom senso e com o consenso dos moradores envolvidos.

Ainda assim, a urbanização dos espaços já ocupados por favelas deve ser a tônica dessas políticas públicas, na medida que, além de dispensarem menos capital, não desestruturam socialmente as comunidades formadas por moradores que se identificam histórica e economicamente com o seu espaço de habitação. •

Remoção e “Muração”

Faltam olhos ao poder público

Parece que a dificuldade do poder público de alçar os olhos para perto da questão das favelas ganha, agora, um obstáculo físico, concreto; um obstáculo de concreto. Para além da tradição de afastar as populações faveladas dos centros e áreas mais valorizadas da cidade, através da política de remoções – política, por sinal, retomada na agenda do prefeito Paes - a nova política urbana em andamento prevê a construção de muros de concreto em torno de algumas favelas do Rio de Janeiro.

Com um orçamento de 40 milhões de reais, o projeto conta, em sua primeira etapa, com a construção de 14,6 quilômetros de muro com cerca de 3 metros de altura ao redor de parte do perímetro de treze favelas selecionadas. Dentre essa primeira leva de favelas a serem muradas, 12 delas estão localizadas na zona sul e uma na zona oeste da cidade.

Segundo o poder público, os muros serão úteis para conter a expansão dessas favelas impedindo, assim, que essas avancem sobre área de preservação ambiental. O arquiteto e professor da UFRJ, Luiz Fernando Janot, em debate na FAU (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo), lembrou, contudo, que a medida não foi pensada ou promovida pela secretaria do Meio Ambiente, e sim pela secretaria de ordem do município. Assinalou também que há quase um consenso entre ambientalistas de que, para o real benefício do meio ambiente, a medida é de baixa ou nenhuma eficácia.

Dentro do IPPUR (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional), um grupo denominado “Removendo muros” formou-se para debater e promover ações acerca da questão. Para eles, é necessário também atentar para o caráter simbólico da medida. Comparados a outros muros como o de Berlim e o do gueto de Varsóvia, os muros ao redor de favelas reforçam a idéia de segregação, de não - pertencimento espacial. Lançando mão do conceito de cidade partida, defendem que a criação de muros caminha na afirmação de uma dicotomia favela e cidade, da idéia da favela como espaço alienado à cidade.

Outra polemica levantada toca a seleção das favelas que serão incluídas no projeto. Localizadas quase que em sua totalidade na zona sul, segundo dados do Instituto Pereira Passos, as favelas selecionadas avançaram apenas 1,18% entre 1999 e 2008, porcentagem muito abaixo do crescimento médio das favelas do Rio no mesmo período, quase 6%.

Porém, não faltam defensores da medida. Segundo a revista Veja, “Pode ser o sinal de que, finalmente, o poder público resolveu deixar a demagogia de lado e combater com seriedade o processo de favelização”.

O que será que será?

Conferência Nacional de Comunicação

Por Marília Gonçalves

No Brasil, poucas famílias detêm a grande maioria da audiência tanto televisiva, impressa ou radiofônica. Apesar de termos uma lei que proíbe o monopólio das comunicações – impedindo que um só dono detenha mais de cinco meios –, ela é facilmente ‘driblada’ pelo processo de “afiliação”. A Rede Globo, por exemplo, tem diversas empresas de comunicação “afiliadas” em todo o território nacional que transmitem sua programação. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) tem a “finalidade de orientar, fiscalizar, prevenir e apurar abusos de poder econômico”. Em uma de suas ações, o Cade proibiu, por exemplo, a compra da Garoto pela Nestlé – garantindo o nosso

direito de escolha entre as marcas de chocolate que queremos consumir. Já o caso especial do monopólio real das comunicações no Brasil não é discutido tampouco fiscalizado pelo Cade ou qualquer outro órgão.

Há muito os movimentos sociais que lutam pela garantia da democracia na comunicação tentam engrossar esse debate, reforçando a necessidade de se rever a estrutura midiática no país. Em 2007, eles criaram o movimento Pró-Conferência de Comunicação. Em janeiro deste ano, depois de realizadas uma série de Conferências (Saúde, Educação, entre outras), foi convocada pelo Governo Federal a 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom). “Só depois de

muita mobilização, reivindicações, encontros, atos públicos, seminários, é que os movimentos conseguiram que, finalmente, o presidente Lula convocasse formalmente a Confecom”, afirma Rafael Duarte, jornalista da Agência Petroleira de Notícias.

Uma conferência dessa dimensão deveria ser um espaço privilegiado de discussão pública sobre assuntos de interesse geral. Porém, a desproporcionalidade de representações e de peso na Comissão Organizadora Nacional (CON) tem dificultado a abrangência dos temas abordados. A Comissão conta com 8 representantes de empresas de comunicação e apenas 7 de sindicatos, movimentos e organizações sociais.

A Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (ABERT) – representante do oligopólio midiático – tentou, recentemente, condicionar a realização da Confecom ao atendimento de suas demandas. A ABERT divulgou que só iria participar da Conferência caso “condições mínimas” (estabelecidas pela Associação) sejam respeitadas. Entre elas, está o estabelecimento da proporcionalidade paritária para a eleição de delegados. Seriam 33% reservados ao poder público, 33% ao empresariado, e 33% à sociedade civil não empresarial. Seria, de fato, interessante se os donos de veículos de comunicação no país representassem realmente 1/3 da população: assim, não mais poderíamos falar em monopólio. Não sendo essa a realidade, consideramos injusta a escolha deste modelo. No dia 13 de agosto, a Abert declarou que não participará da Conferência.

Além disso, o setor empresarial tem feito pressão no sentido de restringir os assuntos que serão discutidos em Brasília. Para eles, a Conferência não pode “perder o foco” do tema estabelecido por decreto presidencial: Comunicação: meios para a construção de direitos e de cidadania na era digital; e se limitar, portanto, a discutir os problemas da internet. Revela-se um interesse do empresariado em aumentar o controle e a vigilância sobre um meio que se coloca potencialmente como concorrencial, e, por outro lado, evitar debates desgastantes como a questão da renovação e concessão de canais de TV e rádio, do conteúdo produzido, digitalização dos meios, entre muitos outros.

PELA CONVOCAÇÃO IMEDIATA DA PARTICIPE DO ABAIXO-ASSINADO

I CONFERÊNCIA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO



Para assinar, clique na imagem. Sua participação vai trazer mais democracia para as comunicações no Brasil.

Não se esqueça de repassar para seus contatos!

Uma iniciativa da Comissão Pró-Conferência Nacional de Comunicação, que conta com a participação de 30 organizações da sociedade civil, da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados.

VEJA MAIS INFORMAÇÕES EM
WWW.PROCONFERENCIA.COM.BR

Os obstáculos e a esperança

A demora na aprovação do regimento interno da Conferência ameaça sua realização. O regimento irá dispor sobre os temas abordados, a escolha dos delegados e, portanto, influenciar diretamente o processo de preparação nos estados para a etapa nacional. A organização estadual é fundamental, e está desde já prejudicada, pois faltam apenas 4 meses para a realização da etapa nacional em Brasília (agendada para os dias 1, 2 e 3 de dezembro).

Outro obstáculo é o corte dos recursos disponibilizados para realização da Conferên-

cia. Inicialmente, o governo divulgou que R\$8,2 milhões seriam reservados para o evento, valor que foi reduzido a R\$1,6 milhão. Em julho, o Ministério das Comunicações chegou a sinalizar o adiamento ou cancelamento da Confecom, porque não havia ainda recursos para financiá-la.

Tendo em vista todos esses problemas, a esperança é que a Conferência possa exercer um papel mobilizador sobre toda a população na discussão por uma comunicação mais democrática. “Quando acabar a Conferência pode ser que tenha mais povo no Brasil discutindo os meios de comunicação de massa”, afirmou o jornalista Álvaro Brito, do Sindicato dos Jornalis-

tas do Rio de Janeiro. Para Rafael Duarte, “se entramos na Conferência esperando as resoluções que vão garantir a democratização da comunicação, sairemos muito decepcionados desse processo. A Conferência deve servir para pensarmos como integrar os lutadores do campo da comu-

nicação e como fazer com que mais pessoas reconheçam a importância dessa luta”. Que possamos manter, ao menos, esta esperança.



Portal Comunitário Cidade de Deus

Por Maria do Socorro - Representante da ONG Associação Semente da Vida da Cidade de Deus (ASVI)

Após um ano de reuniões para estudar como seria um Portal que reunisse várias instituições da Cidade de Deus, foi inaugurado no dia 18 de Abril de 2009, em evento realizado na Igreja Anglicana, reunindo aproximadamente 150 pessoas, o Portal Comunitário Cidade de Deus (www.cidadededeus.org.br). O site é resultado do projeto Tecnologias da Informação para Fins Sociais, do SOLTEC UFRJ.

Além da inauguração do Portal tivemos nesse dia a apresentação do trabalho de três instituições: Casa de Santana com seu coral composto por crianças e pessoas da terceira idade; AS-DEREM que apresentou o seu grupo de dança jovem e o teatro do Grupo Raiz da Liberdade. A ASVI – Associação Semente da Vida e o setor social da Paróquia Pai Eterno e São José levaram os seus produtos artesanais para amostra.

Várias instituições e parceiros foram convidados. O Sr. Giuseppe Badolatto, chefe da equipe de arquitetos da CO-

HAB na década de 60 e 70, que planejou a Cidade de Deus também esteve presente. Ele contou que o projeto do bairro era inovador, pois buscava uma integração da comunidade: contava com uma praça para cada 70 casas, cinema, escolas, posto de saúde e assistência social. O projeto foi previsto para 15 mil moradores, mas foi em grande parte deturpado. Muitas praças foram usadas para residência e a proposta de integração não ocorreu por falta de uma política pública voltada para atender as necessidades básicas da população.

O importante a saber é que o Portal está reunindo 15 instituições da comunidade que em um mesmo espaço divulgam os seus trabalhos sociais e também atendem à comunidade esclarecendo suas dúvidas através do espaço FALA COMUNIDADE na página ini-

cial do Portal. Mas cada Instituição também possui um espaço próprio para divulgar seu trabalho e as pessoas podem se dirigir diretamente a uma das instituições, se assim desejarem, através do FALA CONOSCO de cada uma.

No espaço comum todas as instituições trabalham juntas informando a comunidade com notícias recentes, entrevistando moradores antigos para contar um pouco da história da Cidade

de Deus a partir de seus moradores e assim construir sua memória, fazendo o calendário de eventos etc.

Esperamos poder estar contribuindo para informar mais a comunidade não só sobre os nossos trabalhos sociais, mas também discutindo demandas e buscando soluções para uma melhor qualidade de vida para os moradores da Cidade de Deus.



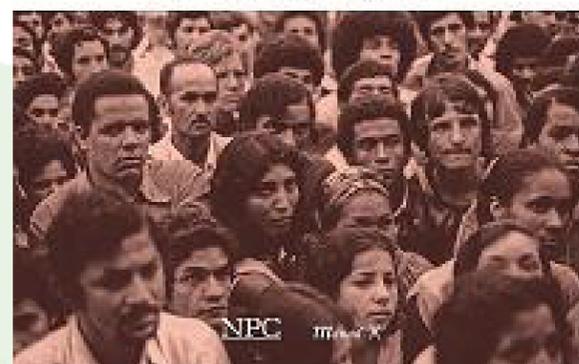
Grupo de representantes das instituições na festa de lançamento do Portal.

SOLTEC Indica Livros

História da luta dos trabalhadores no Brasil

Vito Gianotti. Editora Mauad. 311 páginas. 2007.

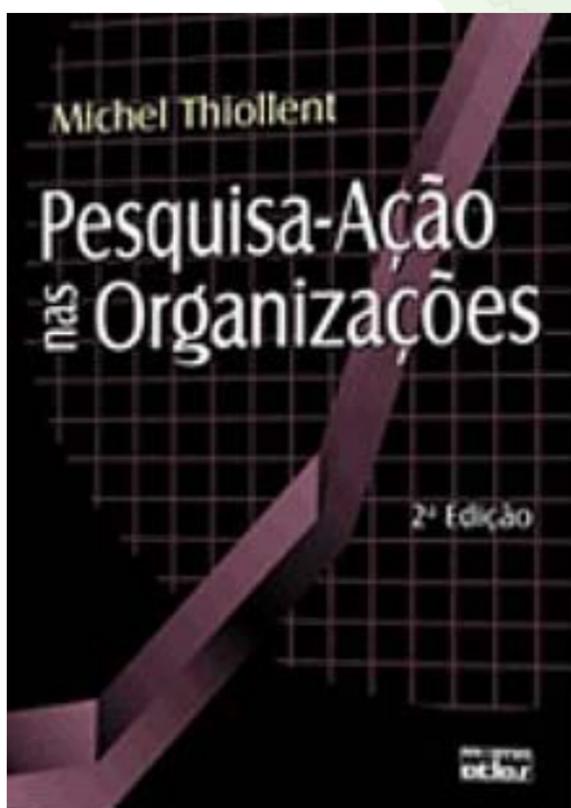
O que Vito Gianotti tenta trazer com a História da luta dos trabalhadores do Brasil é comunicar diretamente com os próprios trabalhadores. Para isso, usa uma linguagem adequada e trata do assunto sinteticamente, sendo objetivo quanto aos problemas, às lutas, vitórias e derrotas dos movimentos trabalhistas. “É um trabalho excepcional, em que ele (Vito) atua fundamentalmente junto à classe trabalhadora no sentido de reforçar ou de criar a consciência revolucionária do trabalhador. (...) Nada tem a ver com a história oficial”, professor e historiador Rubem Aquino, na apresentação do livro. Autor de 20 livros, Vito Gianotti é italiano, metalúrgico e comunicador por talento e experiência. Coordena, hoje, o Núcleo Piratininga de Comunicação.



Pesquisa-Ação nas Organizações

Michel Thiollent. Editora Atlas. 170 páginas. 2009.

Acaba de ser lançada a reedição de Pesquisa-Ação nas Organizações. Michel Thiollent, autor, é francês, sociólogo e professor da COOPE (Instituto Alberto Luiz Ciombra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Neste livro, Thiollent apresenta a metodologia da pesquisa-ação e discute sua aplicação em organizações. A Pesquisa-ação e seus compromissos e Pesquisa-ação sobre a cultura organizacional são alguns dos seus capítulos. O livro está à venda nas livrarias, e também no site da editora (www.editoraatlas.com.br).



Félix – O Livro das Maravilhas (Parte I)

Raimundo Lúlio (Ramon Llull). Editora Escala. 235 páginas. 2009¹.

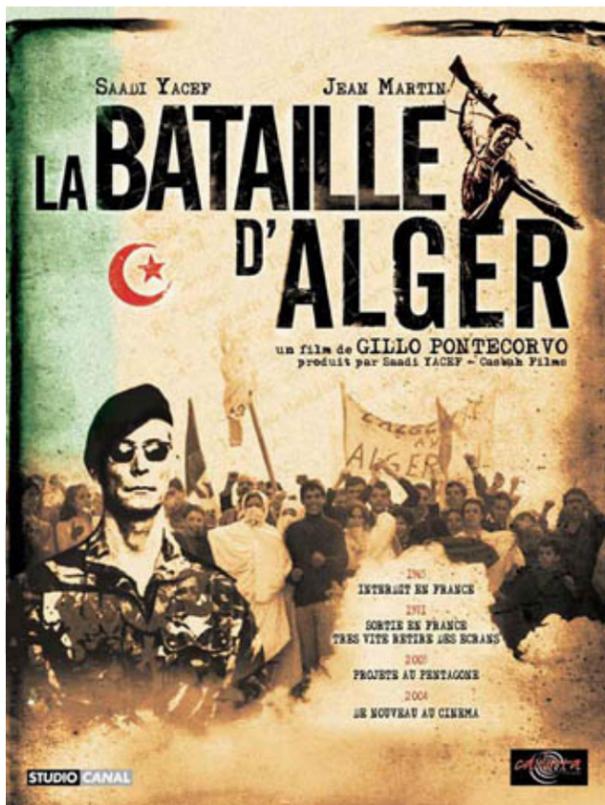
É um riquíssimo livro pra quem gosta de história. O Livro das Maravilhas é uma das primeiras novelas – que, a propósito, quer dizer ‘novidade’, em catalão – de cunho filosófico social. Foi escrita na Europa Medieval no século XIII (1289). O protagonista, Félix é, sobretudo, um anfitrião que recebe em seu caminho todo o espectro social do século XIII². A segunda parte do Livro das Maravilhas tem 354 páginas. Ambos são encontrados na internet por preços bem acessíveis.

¹ Última edição.

² Disponível no site da editora.



SOLTEC Indica filmes



A Batalha de Argel (*La Battaglia di Algeri*)

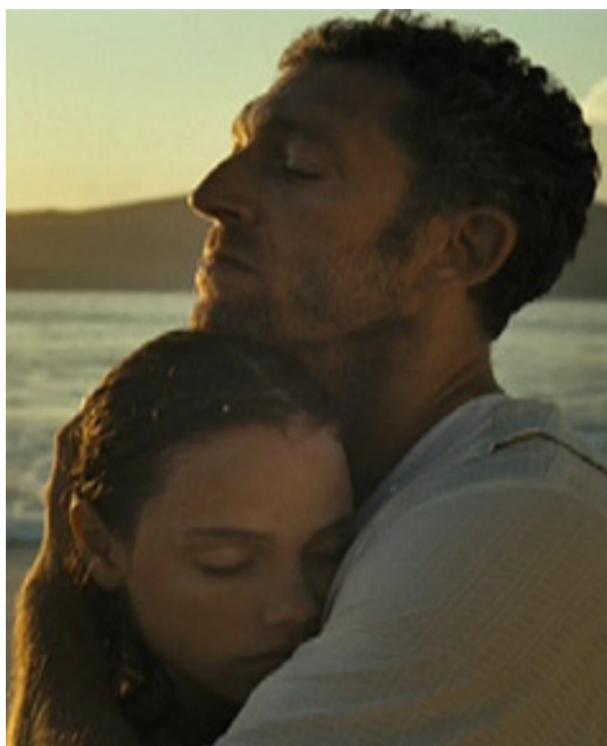
Drama. 117'. Itália/Argélia. 1965. De Gillo Pontecorvo.

Em caráter documental, A Batalha de Argel conta a história da luta dos argelinos contra a dominação francesa. A exibição do filme, que se passa em território argelino, foi proibida por muitos anos em diversos países, inclusive no Brasil. A polêmica gira em torno da exposição do exército francês, cujo coronel defendia abertamente práticas de tortura e humilhação contra os nativos. Em 1967, o filme foi indicado ao Oscar na categoria de estrangeiros. Dois anos depois, quando estreou em território norte-americano, recebeu mais duas indicações, como Melhor Diretor e Melhor Roteiro Original.

O Mistério do Samba

Documentário. 88'. Brasil. 2008. De Carolina Jabor e Lula Buarque de Holanda.

Neste documentário, a vida e a obra de senhores e senhoras de um pequeno bairro do Rio de Janeiro foram registrados de forma singela e histórica. A Velha Guarda da Portela é incrível objeto de observação de Carolina Jabor e Lula Buarque de Holanda, que resgataram, junto a Marisa Monte, cerca de 100 músicas que só estavam registradas até então na memória desses sambistas. Em quase 10 anos, foram gravadas cerca de 200 horas entre encontros, entrevistas e rodas de samba, editados em 88' para a telona. O Mistério do Samba foi indicado à 61ª edição do Festival Internacional de Cannes, em 2008.



À Deriva

Drama. 97'. Brasil. 2009. De Heitor Dhalia.

Do mesmo diretor de "O cheiro do ralo", À Deriva é um belíssimo drama passado nos anos 80, em Búzios. O casal Mathias (Vicent Cassel) e Clarice (Débora Bloch) decide morar na praia com os três filhos. Ali vivem os últimos dias de seu casamento, marcado pelas traições e pelo alcoolismo de Clarice. O filme vale pelo conteúdo, e ainda mais pela lindíssima fotografia de Ricardo Della Rosa e pela fantástica atuação do casal e da estreante Laura Neiva. Nos cinemas do Rio, À Deriva ainda está em cartaz: aproveite!

Seminário do Projeto Educacional da Rede Solidária da Pesca

Como vamos educar?

Por Felipe Addor

A Rede Solidária da Pesca é uma articulação de instituições que atuam em territórios desenvolvendo ações para identificar e superar os entraves à sustentabilidade da cadeia produtiva da pesca artesanal e da aquicultura familiar e para buscar a melhoria da qualidade de vida dos seus trabalhadores através de projetos de pesquisa e intervenção social baseados em princípios metodológicos participativos, ligados ao fortalecimento e à expansão da gestão compartilhadas dos recursos naturais, ao aprimoramento da comunicação popular, ao fortalecimento da cooperação e da autogestão nos empreendimentos produtivos, ao resgate e valorização da cultura pesqueira e ao empoderamento desses trabalhadores.

Dando continuidade à construção da Rede Solidária da Pesca (RSP), foi realizado no Rio de Janeiro, entre 27 e 30 de julho, o Seminário de Construção do Projeto Educacional da Rede Solidária da Pesca. O objetivo do Seminário foi construir as bases conceituais e programáticas do Projeto Educacional da RSP, definindo-o a luz das experiências

educativas de cada território, em diálogo tanto com as políticas públicas existentes quanto com os princípios/conceitos-chaves construídos pela identidade da RSP.

O encontro contou com a participação de mais de 30 técnicos e trabalhadores da cadeia produtiva da pesca artesanal e da aquicultura familiar dos quatro territórios abrangidos pela Rede: Litoral Fluminense (RJ); Alto e Médio São Francisco (MG); Alto Amazonas (AM); Baixo e Médio Amazonas (PA). Estiveram presentes representantes da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE) – inclusive o Secretário Prof. Paul Singer –, do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), do Ministério da Educação e da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro. Vale citar a contribuição dos mestres Carlos Rodrigues Brandão (Instituto Paulo Freire) e Michel Thiollent (UFRJ).

O pressuposto do Seminário foi o da construção coletiva dos princípios e diretrizes do Projeto Educacional, buscando a articulação e a dialogicidade entre os



Cartaz de divulgação do Seminário

diversos saberes presentes. Entre os princípios definidos para o Projeto Educacional para os trabalhadores da cadeia produtiva da pesca artesanal e da aquicultura familiar estão: educação continuada que articule Educação e Trabalho; valorização dos diferentes saberes e da cultura do pescador; uso de métodos participativos que permitam a construção de um projeto que parta da realidade e das necessidades dos trabalhadores; promoção da cidadania e busca da gestão compartilhada de recursos naturais; promoção da autogestão nos empreendimentos e fortalecimento da Economia Solidária; valorização da construção histórico-crítica do saber e reconhecimento do mundo da vida como espaço educativo.

O Seminário foi seguido, no dia 31, por uma reunião da coordenação da RSP que possibilitou planejar a execução dos dois projetos que a Rede vai realizar de agora em diante: Educação e Trabalho em Rede: a formação social dos trabalhadores da pesca artesanal e de pequena escala na Rede Solidária da Pesca, que está no âmbito do Plano Setorial de Qualificação para Economia Solidária (PlanSeQ EcoSol), apoiado pelo MTE; e Projeto de Realização de Oficinas para Capacitação dos Trabalhadores da Pesca em Elaboração e Gestão de Projetos, financiado pelo MPA.

Para mais informações: www.redesolidariadapesca.blogspot.com.



Grupo reunido no Seminário, em Santa Tereza.

Por que cantamos?

*Se cada hora vem com sua morte
se o tempo é um covil de ladrões
os ares já não são tão bons ares
e a vida é nada mais que um alvo móvel*

Você perguntará por que cantamos

*se nossos bravos ficam sem abraço
a pátria está morrendo de tristeza
e o coração do homem se fez cacós
antes mesmo de explodir a vergonha*

Você perguntará por que cantamos

*se estamos longe como um horizonte
se lá ficaram as árvores e céu
se cada noite é sempre alguma ausência
e cada despertar um desencontro*

Você perguntará por que cantamos

*cantamos porque o rio está soando
e quando soa o rio / soa o rio
cantamos porque o cruel não tem nome
embora tenha nome seu destino*

*cantamos pela infância e porque tudo
e porque algum futuro e porque o povo
cantamos porque os sobreviventes
e nossos mortos querem que cantemos*

*cantamos pela infância e porque tudo
e porque algum futuro e porque o povo
cantamos porque os sobreviventes
e nossos mortos querem que cantemos*

*cantamos porque o sol nos reconhece
e porque o campo cheira a primavera
e porque nesse talo e lá no fruto
cada pergunta tem a sua resposta
cantamos porque chove sobre o sulco
e somos militantes desta vida
e porque não podemos nem queremos
deixar que a canção se torne cinzas.*

Mario Benedetti foi um brilhante poeta uruguaio que deixou seu país em 1973 por razões políticas. O poeta morreu no dia 17 de maio de 2009, com 89 anos. Em agosto de 2008, foi lançado o último de uma série de mais de 80 livros, *Testigo de Uno Mesmo*. Benedetti trabalhava em uma nova publicação, que tem nome provisório de *Biografía para encontrarme*.

Expediente



Sidney Lianza

Coordenação Geral do SOLTEC UFRJ



Marília Gonçalves

Edição

Diagramação

Matéria: O que será que será?
Conferência Nacional de Comunicação

Estudante de Jornalismo na Escola de Comunicação da UFRJ



Flavio Chedid

Editorial

Matérias: Fábricas Recuperadas e a Luta em Honduras

Doutorando do IPPUR UFRJ

Pesquisador do SOLTEC UFRJ



Felipe Addor

Matéria: Seminário do Projeto Educacional da Rede Solidária da Pesca

Doutorando do IPPUR UFRJ

Pesquisador do SOLTEC UFRJ



Sandra Mayrink Veiga

Edição Geral

Coordenação Núcleo de Comunicação SOLTEC UFRJ



Marcelo Dantas

Matéria: ThyssenKrupp: Menor apenas do que suas polêmicas

Jogos Olímpicos no Rio: Pensando em 2016 com os olhos em 2007

Estudante de Jornalismo na Escola de Comunicação da UFRJ



Leandro Porto

Design Gráfico

Estudante de Desenho Industrial na Escola de Belas Artes da UFRJ



Maria do Socorro

Colaboradora Externa

Matéria: Portal Comunitário Cidade de Deus

Presidente da ONG Associação Semente da Vida (ASVI) na Cidade de Deus

Entre em contato com o SOLTEC

No telefone: (21) 25627780

No endereço: Centro de Tecnologia - UFRJ, Av. Athos da Silveira Ramos 149 - Bloco ABC - sala 112, Rio de Janeiro - RJ; CEP 21941-909.

No email: comunicacao_soltec@yahoo.com.br

O ÊTCHA é uma publicação trimestral produzida pelos bolsistas, pesquisadores e colaboradores do Núcleo de Solidariedade Técnica da UFRJ (SOLTEC UFRJ).